



ATA 02/2023 - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da sessão extraordinária realizada no dia cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, às vinte horas e trinta minutos, na Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos - RS.

Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às vinte horas e trinta minutos, realizou-se, na sala de sessões, sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos - RS. A reunião foi presidida pelo senhor Vereador Sérgio Antônio Beal, com a presença dos senhores Vereadores **ADILSON LAVALL, ANDRÉ LUCHETTA, DAMIANA SALETE CORREA MENDES, ENIO LUIZ WITTMANN, GUSTAVO PEGORINI HOLLERWEGER, HÉLIO MÜLLER, RAMIRO FRANCISCO MARSARO, ROSELI MARIA GOETZ DREHER e SÉRGIO ANTÔNIO BEAL**. Abrindo a sessão, o Presidente cumprimentou os Vereadores e passou às **matérias em discussão e votação única**. Solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 150/2022. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Isso aqui nós já estamos discutindo desde novembro, que foram aprovadas as aberturas de vagas, no caso, de Professores e Monitores e já vem sabendo que isso chegaria até nós para contratação de Monitores para o início do ano letivo que logo se inicia também, então acho que não temos muito o que discutir e aprovar para que se dê início às aulas com esse povo já contratado, selecionado e contratado. Acho que era isso”. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 151/2022. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Aqui segue a mesma linha do primeiro Projeto dos Monitores também, como já foi discutido ano passado também, se não estou enganado, até foi aprovada ano passado a liberação de 17 vagas de contratação, então conforme poderia ser usado e aqui estão sendo usadas 13 vagas, que é o que será necessário, com certeza, para início do ano letivo vindouro agora. Era isso”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Eu, sinceramente, me preocupam esses Projetos aqui e eu acho que vocês também devem ter a mesma impressão do que eu, porque não é possível nós estarmos aprovando mais 13 profissionais de educação, nós aprovamos 31 no mês de novembro do ano passado para o próximo ano, 31 contratações, profissionais... (comentários sem utilização do microfone). O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Era abertura de vagas e agora é a contratação de funcionários... tem 31 vagas em aberto”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] O Projeto 142 e 143, de... novembro de 2022, diz ‘autorização para contratação temporária’, tanto um quanto outro. Ambos, entre os dois, Vereadores, eles fecham 45, entre Psicólogo, Monitor, o quadro principal, são 45, um é 32 e outro mais 14. Obrigado”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- Obrigado pela colocação, Vereador. Só contribuindo com a colocação do Vereador André, o Projeto de novembro, ele é contratação, ele não é vaga, é contratação. Então continuando, Presidente, na lógica que eu estava colocando, Vereador André, CUP, nós estamos aprovando hoje 13 contratações, mais 17 do ano passado, são 44 profissionais, mais 10 Monitores, nós estamos aprovando 54 profissionais, 54 profissionais, sem contar, ainda, os que estão na ativa. Então isso não pode estar certo, isso não pode estar certo, e assim, por exemplo, ‘ah, estamos mandando para cá, não vamos contratar todos, é uma segurança’, isso não existe, nós estamos dando um cheque assinado para o Prefeito que ele pode contratar 54 pessoas como funcionário público através de contrato, isso não pode estar certo! Eu falei em uma reunião no ano passado, quando entrou esse Projeto: nós precisamos ter aqui, que é básico isso, é fácil da Secretaria de Educação fazer, passa para



nós quantos alunos tem, quantas salas de aula tem, quantas disciplinas, é um cálculo muito fácil de fazer! Eu tenho certeza de que não precisa de todos esses profissionais aqui, não pode estar certo isso aqui, então assim, eu fico muito preocupado em votar um Projeto desse tipo autorizando o Executivo Municipal a contratar 54 pessoas! Essa é a lógica do Projeto, essa é a lógica do Projeto. Então, eu não sei, eu sei que precisa de profissionais, precisa atender a demanda na educação, mas dizer que a Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos está autorizando 54 profissionais para contratar na educação, eu ficou bem receoso de aprovar, inclusive o Prefeito poderá ter sanções em cima disso, acredito eu que sim. Então eu gostaria, não sei se a CUP tem alguma informação a respeito, até deixar para o plenário, para os demais colegas, qual seria o melhor encaminhamento, mas eu, sinceramente, estou em dúvida de votar este Projeto em função do grande número expressivo, a gente colocou isso na última sessão, na sessão em que a gente autorizou aqueles 31 profissionais e agora ainda veio mais 13 profissionais. Seria isso, senhor Presidente”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] De fato, a gente compartilha dessa preocupação quando a gente faz essa discussão de criação de cargo, porque de uma forma a gente está autorizando o Prefeito e nós não nos eximimos na nossa responsabilidade como Vereadores e o papel que temos de fiscalizar, fazermos na lei e propormos que é para demanda justa e para o momento e isso nos preocupa, porque tivemos uma reunião anterior a essa, em que o Prefeito estava, estava a Secretaria de Saúde, com outro tema, achei que estaria alguém da área da educação e eu também gostaria de fazer algumas perguntas, até em virtude de que foi rápido, veio para cá ontem e duas reuniões na sequência, para nós entendermos um pouco melhor, não no sentido de nós aqui sermos contra por sermos contra, no sentido de nós entendermos quantas salas tem, quantos alunos vão ser migrados agora com esse fato do ensino fundamental completo do Município, daqui a pouco para ser surpreendido de todos os Vereadores... mas nós não podemos também... é preocupante aqui as quantidades, até já tinha feito minhas contas que daria 55, com as autorizações de novembro e nós já havíamos aprovado lá atrás, há um ano atrás, em virtude até da questão da lei federal, na área da educação, para nós termos que adequar e contratar mais Professores, depois concursar em virtude de ter um período também de preparar as aulas, então a gente sabe que aumentou, nós aprovamos essa lei, e autorizamos as contratações; hoje nós estamos reautorizando as contratações e ampliando, e a pergunta que fica: e o concurso público, que sairia em outubro do ano passado, junto nessa reflexão, porque ano que vem é um ano, a gente sabe, de eleição municipal, nós não podemos autorizar concurso, daí vamos fazer mais uma contratação, três anos em sequência contratação?! Então, é um tem que nós... como disse o Prefeito antes aqui, todos nós temos a responsabilidade junto, em partes são decisões que não são nossas, são do próprio governo; daqui a pouco, não sei, a gente está... sabe que a questão da pasta da Administração, da assessoria jurídica, se tem todo esse entendimento, esse acompanhamento, se tem alguma coisa que daqui a pouco está fora, está perdido, a gente diz, mas é, e eu vou citar aqui, além do que já foi falado pelo Vereador Enio, nós tínhamos, como tinha das outras vezes, dois Professores de Educação Física, a gente sabe que vão aumentar alguns alunos, mas daqui está passando para seis, com mais quatro, pode olhar aqui, com esse Projeto novo, 151, está passando mais quatro e nós já tínhamos aprovado dois, seis Professores de Educação Física”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Uma coisa que foi bem lembrada, são 20 horas, entendeu? Não são 40 horas, são 20 horas cada contratação, entendeu?”. O Vereador **Hélio Müller** continuou: “- Mas o que é que eu quero dizer, daqui a pouco não tem... a gente não tem entendimento das quantidades que tem aqui, o que nos preocupa que todo debate, inclusive na questão quando foi falado dos direitos do Professor, da economicidade, nós estamos aqui ampliando. Eu sou um que defendo a educação, sempre defendi, assim como os outros setores e eu não quero eu também dizer ‘ó, eu impedi de contratar um profissional e um aluno, um filho de qualquer marcelinense ficasse mau atendido...’ então, o que é que ocorre, é essa a minha preocupação, eu gostaria de ter espaço de alguém do setor, da área principalmente, para a gente conseguir esclarecer melhor isso, até em virtude de que eu disse que foi muito rápido e daqui a pouco nós pensarmos, nós teríamos esse tempo para fazer isso hoje, amanhã, segunda, não sei, porque daqui a pouco, para nós... não sei, sei que todo mundo está aqui de forma



voluntária, fazendo no mês que estamos de recesso, fomos convocados para isso, e eu sei que aqui também tem e a gente, na área profissional de educação tem os contraturnos que também precisam ser feitos e que acontecem fora do período de aula, ou seja, na parte da tarde, se a aula é de manhã ou se a aula é de tarde, é de manhã, tem os reforços que a gente sabe que precisam de profissionais, assim como Monitor de escola, do pátio, tem alguns monitores, algum atendimento a mais para as pessoas que dependem de um atendimento especial, então nós temos essa leitura, esse entendimento, que nem eu disse, saúde e educação são as prioridades, os carros-chefe, porque nós estamos tratando de tratar as pessoas, isso é prioridade, acredito eu, em uma sociedade, mas são bastantes cargos que a gente vai estar votando... a gente vai votar porque precisa e passar na escura, mas acredito que, nós não queremos que comporte alguém, daqui a pouco o próprio Executivo, como que a gente poderia trabalhar essa situação, mas são bastante cargos, se tem a demanda comprovada, beleza, somos a favor, acredito que falta muito esclarecimento na questão quantitativa, sala, alunos, exigência da lei, que a lei exige profissionais, não só Professores, outros profissionais presentes, então é isso que nós precisamos discutir melhor esse Projeto. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: “- [...] Realmente, é mais um Projeto que vem... sem a gente conseguir entender muito o que está acontecendo e do dia para a noite que as coisas caem nesta Casa às vezes a gente tem que se virar. Salvo maior juízo, como a gente coloca aqui no Parecer da CUP, eu como Presidente da CUP, o André como Relator e a Rose como membro, se a gente parar para ver, eu acredito, salvo maior juízo, que seja a questão das convocações, o porquê de tantas convocações, por exemplo, educação física hoje só tem um, se a gente botasse por convocações 20 horas mais 20 horas, iria para três Professores, porém a gente não sabe quantas turmas vão ter, a gente não sabe quantas salas vão ter, então eu acho que... acredito, na verdade, que a melhor forma desse Projeto é a gente retirar ele de votação hoje, Presidente, e vamos ter que fazer mais uma extraordinária ou aguardar para o começo do mês de fevereiro, já que as aulas se iniciam dia 25 de fevereiro, porque, realmente, esse Projeto, somando o Projeto anterior que veio no ano passado, fica muito difícil de se entender a questão isso, desproporcional, a questão de tantas contratações, a gente entende que vai ter um acréscimo significativo de alunos, só que a gente não consegue entender o porquê tanto e isso se dá porque a gente não sabe quantas turmas vão ter e se a Secretaria de Educação pudesse nos passar isso, a Secretaria de Administração nos passar essa questão a gente até entenderia o porquê de 51 Professores novos contratados e, realmente, o concurso, o que foi nos passado, nós como Vereadores de base, Vereadora Dami, é que seria o concurso em outubro, depois ficou para final do ano e agora 2023 tem que sair o concurso, eu acredito que a Câmara tem que se unir, nós vamos ter que fazer mês a mês pedidos de providência que o Executivo tome atitude nessa situação dos concursos públicos, porque 2024 não pode e é uma exigência do Município; a gente entende que o contrato não tem aquele gasto que o concurso tem, porém a Câmara vai ficar toda vez fazendo contrato, contrato, contrato?! Então a gente tem que tomar uma atitude de nós Vereadores e não ficar esperando, a coisa vai passar e nós vamos ficar novamente como culpados da situação, como a gente é toda vez, conforme a sociedade fala que a culpa é do Vereador, a gente sabe muito bem, a gente sente na pele. Voltando ao assunto do Parecer e do Projeto, a minha opinião é que se retire, Vereador Presidente”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Acredito que até o final do mês seria muito tempo, nós voltamos no início de fevereiro e as aulas no final de fevereiro já estão aí, o que daria para fazer, se todos concordarem, pode colocar isso em votação, nós retiramos isso aqui, só que na semana que vem a gente fazer uma especialmente para isso aqui e amanhã eu vou atrás da Secretaria e eles que passem para nós um relatório das salas, das turmas e dos horários, entendeu? Pelo menos nós vamos votar uma coisa fundamentada... excelente a vossa palavra, a sua palavra foi excelente, eu não tinha nem me tocado disso aí, entendeu? Então assim, se for do consenso de todos vocês aí, a gente retira e na semana que vem a gente teria que fazer uma reunião rápida para nós votarmos isso aqui, porque eu acredito que até o final do mês é muito tempo por causa da burocacia, até essas provas que eles fazem aí para contratação, mas fica em aberto, senhor Presidente, coloque em votação”. O Presidente **Sérgio**



Antônio Beal disse: “- Eu também concordo e acho que se for um Projeto que entrar no entendimento, nada custa segunda de meio-dia ou terça, rapidinho, a gente se reunir, se todos concordam”. O Vereador **Adilson Lavall** disse: “- [...] O que é que eu coloquei para os colegas Vereadores: nós aprovamos 31 contratações, de novo contratações, se em novembro... então eles tinham que ter esclarecido para nós em novembro, a educação, porque já tem os Professores na ativa, tem os concursados, e para que tanto Professor? Falta esclarecimento!”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Uma coisa que nós temos que contar é que no ano passado saíram 17, isso foi comentado, tudo bem, 17 que foram para aposentadoria... esses contratos, aqueles 17 que foram feitos ano passado, eles se encerraram no dia 31 de dezembro, encerrou, encerra novamente, mas são 17 e daí mais aquele pessoal que vai assumir, aqueles alunos que vão ser assumidos agora do Estado, entendeu, que vem mais uma martelada de aluno, só que aí tudo bem, eu acho que assim, não custa nós atrasarmos dois dias e eles que nos passem o relatório completo do que precisa, entendeu. Então nós temos 17 que é certo que é daqueles que se aposentaram, tudo bem, até aí não tem problema, isso nós comentamos já, e mais aquele pessoal, tem aqueles que estão na ativa com contrato também, que tem que ser renovado, e agora nós temos que ver também, eles que expliquem quantos vão vir do colégio estadual que vêm para nós, entendeu. Acredito que a conta deles até feche, mas vamos ter no papel isso aí”. O Vereador **Adilson Lavall** respondeu: “- Só se aumentar as turmas, colega Vereador, porque senão as turmas que existiam, aumentar os alunos em cada turma, vão ser os mesmos Professores, vão ter que botar dois turnos então? Porque senão, os Professores que existiam já eram do primeiro ao nono ano, então se fossem poucos alunos, só transferia uns para cada série, eu acho que é que nem nós estamos falando, falta esclarecimento da Secretaria de Educação, que nem o Hélio falou...”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Se me permite, só reforçando, fiz a minha fala, que é só uma questão de prudência, compactuo com o Vereador Gustavo também, a gente já tinha falado de outras polêmicas, outros assuntos, até aquele anterior aqui, daqui a pouco até pelo procedimento, como sempre são feitas as coisas, então se as coisas vêm sempre desse jeito, também nós temos que tomar uma posição no sentido de colaborar, mas como que nós vamos continuar nesse ritmo que daqui a pouco o Executivo dita para o Legislativo fazer, de última hora, assim, rápido, e me preocupa, tem Projetos que são simples, a gente entende, já votamos um, mas tem esses que nos preocupam, então solicitar por escrito vir o relatório por escrito, daqui a pouco a presença de alguém também, meia hora antes, além do papel, porque tem que registrar, ele é importante, eu lembro quando discutimos em novembro, senhor Presidente, esses dois Projetos de criação de cargo, eu até lembro ‘mas são bastante cargos’, nós questionamos; eu lembro que aqui nessa conversa que teve eu ouvi, foi falado, não sei se tinha alguém do Executivo que ‘não, tem três ou quatro cargos a mais porque se precisar nós já temos de reserva, tudo bem, vamos votar, então já tinha alguns cargos de reserva e vieram mais, daqui a pouco tem bastante convocação, não vai ser mais convocado, não sei, a atitude de votação é uma ferramenta que eu tenho, então acho bem prudente essa posição e falo repetição de contrato é preocupante, depois nós vamos jogar só para 2024 de novo fazer concurso, aí nós estamos autorizando coisas que o Tribunal não autoriza. Obrigado’. O Vereador **Adilson Lavall** disse: “- Concordo com o Vereador Gustavo, que se retire esse Projeto e que venha esclarecido nesta Casa. Era isso, obrigado”. O Presidente **Sérgio Antônio Beal** disse: “- Ok, obrigado, Vereador Adilson, só para registrar para nós termos um compromisso de uma agilidade nisso também, porque acredito que vocês também, vários Professores que querem o contrato já estão pedindo quando é que abre e daí já estão dizendo que nós Vereadores tínhamos que aprovar para abrir as inscrições, então a gente também vai ter que ter uma agilidade porque daqui a pouco vão dizer que os Vereadores é que estão segurando”. O Presidente registrou que o Projeto de Lei foi retirado da pauta, com concordância de todos os parlamentares. Em seguida, solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 152/2022. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Esse Projeto aqui na verdade visa legalizar a transferência desse material do coleginho ao colégio, ao IEEMAR, isso aqui vai ser usado pelos alunos municipais, não é nenhum estadual, são municipais. Essa liberação é até que



se assine o contrato do Município com o Estado, a partir do momento que é assinado o contrato, o Município comanda as salas e o território dele lá, mas enquanto não tiver essa assinatura, tiver que ser feita esse ano, inclusive está sendo esperado para receber o colégio Sinodal, então só legaliza isso aqui, a transferência de um para o outro e vai ser ocupado lá pelos alunos do Município, nenhum aluno do Estado, o Estado tem o material dele, todo o material dele, inclusive essa sineta que está aqui, que se fala, do alarme, eu participei das reuniões como eu sou do Conselho do IEEMAR eu participei das reuniões, os horários são horários de aula dos alunos do IEEMAR com os alunos do Município, eles têm uma diferença de minutos, daí não tem como fechar esta diferença, pelos períodos que têm, diários, então a sineta do estadual continua batendo normal, o tom dela continua normal e os alunos do Município vão ter esta dela que têm até hoje que é conhecido o tom dela, por isso que essa transferência, essa sineta também vai para lá. Isso foi conversado, conversei com a própria Diretora do IEEMAR agora à noite e com o Jurídico daqui e o Andrigó, que nos passaram essas informações todas aí. Era isso". O Vereador **Hélio Müller** disse: "- [...] A gente tem um entendimento claro dessa decisão do Instituto Estadual de Educação, também houve polêmica da forma como foi encaminhado, ainda a gente ouve cobrança de alguns pais, que não foram reunidos todos os pais, foi reunido lá, mas nas escolas, todos os pais, mas a gente sabe que tem esse procedimento bem adiantado no sentido de unificar, que eu acho que no final a gente sabe da dificuldade e vai ser feito isso mas eu vou me reportar aqui e nós falamos recém no Projeto e eu acho que tem muita coisa misturada, na minha opinião, muito mal elaborado, me desculpem, não é julgamento, mal elaborado, nós estamos falando em doar projeto arquitetônico, nós estamos falando em doar, que seria para os próprios banheiros que já autorizamos que no início ia ser reforma, agora é construção, mas enfim, nós autorizamos recursos, nós também falamos aqui em reparos e no artigo segundo diz 'fica o Poder Executivo autorizado a doar outros bens e serviços necessários à execução das melhorias e instalação dos bens descritos no artigo primeiro', mas não fala em valores. Eu, no meu entender, deveria estar separado, daí fala aqui também no projeto, reparos na estrutura física, que eu acho que elas são essenciais e precisa, entre várias, eu quero ressaltar aqui as escadarias, que não é só o corrimão, eu não sei se tem proteção entre os corrimões, porque senão uma criança pode passar no meio, então outros assuntos, mas não é o fato de agora; fala aqui também em entregar, em cessão de uso, nove lousas digitais, de tantos metros quadrados, divisórias em MDF e sistema completo de campainha, mas entregar para nós? Nós vamos usar, por que é que nós vamos entregar?! Eu acho que é um equívoco, porque quando nós falamos em materiais, vai ser levado tudo para lá! E quando nós falamos em sistema digital, nós temos tablet, nós temos notebook, nós temos mesa, nós temos parede, nós temos campainha, tudo vai ser utilizado pelo próprio Município, autorizar a transferir para lá para ser utilizado pelo Município é um entendimento, agora, cessão de uso para um local que está cedendo para nós, eu vejo, na minha opinião, contradição, porque nós estamos falando aqui tanto do que vai ficar de estrutura lá, quanto que vai para lá, quanto recursos do FNDE, do MEC, todos recursos para a finalidade de formação de ensino fundamental. Então, no meu entendimento aqui, a lousa é fixa na parede, evidentemente, tem que ser um profissional habilitado na área para mexer naquilo lá, não é qualquer, é digital, mas tem mais estruturas todas que vão para lá a serviço do Município, porque nós estamos unificando, tudo é um bem público, tudo é para nós; agora, dois itens de cessão de uso, eu, sinceramente, eu não tenho entendimento, porque se é para fazer cessão de uso do que se tem que é do Município próprio para lá, tem que fazer de tudo, cadeira, mesa, computador, esse é o meu entendimento, porque nós estamos tratando, todos são bens públicos removíveis, aí até livro nós teríamos que citar aqui, então não é o caso, no meu entendimento, daqui a pouco se resolveria aqui só em retirada, não sei, ou só melhorada dele para a próxima sessão, uma sugestão, para nós não... porque ou nós citamos todos, ou não citamos, no meu entendimento, essa é a discussão que eu quero trazer para vocês nesse sentido nesse Projeto de Lei. Obrigado". O Vereador **André Luchetta** respondeu: "- Como eu falei agora, a explicação veio do Jurídico, veio do próprio Andrigó e o que está sendo doado, a doação é o projeto arquitetônico desse banheiro, certo, o resto, bens e serviços a entregar em cessão de uso, é só porque está sendo colocado em um lugar que



ainda não é do Município, porque não foi assinado este contrato com o Estado, é como se diz, como a própria Administração falou agora aqui para nós, agora à noite aqui, se por um acaso não der certo, vamos dizer assim, que o Estado um dia queira de volta, isso é retirado, é do Município, é retirado daquele prédio, não é que fica lá, certo, é cessão de uso dentro do prédio do Estado, por enquanto, até que isso seja assinado o contrato, que esse contrato deve ser assinado agora nos próximos meses até pela pressa que se tem do Sinodal, até adquirir o prédio do Sinodal para o Município”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- Até, inclusive está bem claro aqui no cabeçalho se vocês lerem aqui, a execução de objeto ao Instituto Estadual de Educação, no âmbito do Programa Estadual Escola Melhor, não é no programa municipal, é em nome do Programa Estadual Escolha Melhor, Sociedade Melhor e dá outras providências, e fala cessão de uso, nós estamos passando um uso nosso para outra instituição, no meu entendimento, até pode ser esse entendimento, mas deviam ser todos os bens que vão para lá”. O Vereador **André Luchetta** respondeu: “- O que reza o cabeçalho é isso, mas até em conversa com a própria Diretora, liguei para a Diretora do IEEMAR agora à noite, antes da reunião, para saber o que é que era, diz ela ‘não, não tem nada a ver com nós, não é nada nosso, entendeu, isso aí é coisa que a Prefeitura...’ a mesma resposta dela foi a resposta da Administração, é só a transferência desse material ainda para o prédio do Estado, por pouco tempo, mas ainda é do Estado, só isso aí”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- Tudo bem, obrigado pela colaboração, mas no nosso entendimento não é só esse material que nós estamos levando para lá, muito contraditório”. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: “- Sobre o cabeçalho, é mais um erro de digitação, de formulação de frase, mais um erro que vem para a Casa, fica registrada a minha reclamação novamente. Sobre a cessão de uso, são bens fixados, por exemplo, a lousa, as câmeras, a campainha, é cessão de uso de bens fixados que vão ficar dentro da estrutura estadual, até que se haja o convênio, o contrato da transferência do Sinodal para o Município; a partir desse momento, se termina a cessão de uso desses bens, retira a fixação deles no prédio estadual e leva ao prédio municipal. Seria isso, acho que eu me fiz entender, diferente dos tablets que você citou antes, entendeu, eles são bens móveis, entendeu... meu entendimento, do Vereador Gustavo e acredito que a Secretaria de Educação e Administração quis passar essa informação, eu espero, porque novamente foi outro assunto que nós não fomos... dialogado”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Eu compartilho da opinião do Vereador Hélio, eu vejo que tem vários equívocos, realmente, nesse Projeto aqui, eu acho que ele é um Projeto mal construído, faltaram informações nesse Projeto aqui, por exemplo, quando a gente diz de fazer uma cessão de uso, e aqui o Vereador Relator da CUP disse que até a firmatura do contrato, até acredito que seja realmente isso. Quando a gente faz uma cessão de uso, ela tem um período, nesse Projeto ela nem fala de período de cessão de uso, se é para seis meses, se é para um ano, se é para dez anos. Podia constar no Projeto que seria cessão de uso até firmatura do convênio com o Estado, esse é um ponto. Segundo: quando a gente fala cessão de uso para o Instituto de Educação, a gente está entendendo que a cessão de uso é para o Instituto, cessão de uso para o Instituto de Educação, está em cima aqui, está no Projeto, não diz cessão de uso para o espaço do Instituto de Educação para os alunos da Escola Rui Barbosa, isso aqui podia estar construído no Projeto, então por isso que eu digo, é um Projeto mal construído. Quando a gente diz assim ‘está autorizado o Executivo a efetuar reparos na estrutura física do prédio, áreas circulares e recreação’, gente, isso aqui é uma situação que a gente não sabe o que são esses reparos, ‘ah, reparos no montante de R\$ 50.000,00, como fizemos da cozinha... pode ser um milhão de reais! A gente sabe que não é isso, mas está no papel e o que gere é o papel, o detalhe está no papel, o que está escrito aqui é o que nós nove Vereadores estamos aprovando! Então aonde é que está o nosso legado de Vereador de realmente analisar, fazer certo, aprovar o que realmente precisa?! Então acho que isso aqui também a gente teria que... eu não vou propor aqui retirada, porque parece que a gente só quer travar as coisas, mas não é travar, é para que as coisas sejam feitas de forma certa e que nós aprovemos as coisas de forma correta. Esse Projeto, pela magnitude que tem isso aqui, pela importância que tem isso aqui dentro do contexto da educação é um Projeto muito simples! Isso aqui é um Projeto... eu não sei a forma em que foi feito, mas é muito



simples de se fazer dessa forma aqui, tem que esclarecer para quando a gente estiver aprovando, estamos aprovando aquilo ali, desta forma aqui...”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- Mais uma preocupação que me surgiu agora, no sentido de colaborar legalmente com a nossa discussão, com a informação que veio de que ainda não foi feito o convênio com o Estado, nós já estamos reformando sem convênio, então...”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Mas ali não tem mais volta, ali é só questão de dias, a coisa está resolvida, já está definido, ali já é caso consumado”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- Concordo, nós autorizamos aqui, nós autorizamos, mas daqui a pouco... uma sugestão, desculpa, daqui a pouco nós conseguimos através de emenda, legalmente, sugerir aqui, daí na próxima nós votaríamos, não conseguimos, o que é que nós poderíamos fazer aqui? Porque aqui está bem explícito”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** continuou: “- Só para concluir, Presidente, e quero deixar mais uma vez aqui registrado, não queremos travar o Projeto, mas aqui, essa sugestão do Vereador Hélio também, se é possível nós incluirmos isso de forma legal aqui pela Câmara para deixar o Projeto mais claro, daqui a pouco nós mesmos podemos fazer por aqui, mas eu não sei se a parte legal nos permite isso, ou daqui a pouco o Executivo tem que fazer dessa forma. Então eu aconselho esse Projeto a estar mais claro, porque ele já é uma situação de polêmica a nível de Município, então é importante nós termos isso mais claro para, daqui a pouco, a Câmara não ser cobrada por algumas situações que nós aprovamos aqui que, de repente, não esteja dentro da legalidade. Seria isso, senhor Presidente, muito obrigado”. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: “- [...] Só consideração em nome da CUP, como Presidente: os Projetos vêm à CUP, como os outros Projetos que a gente recebeu no dia de hoje eles praticamente, porque foi ontem no fim da tarde, a CUP faz seu Parecer daquilo que está ali na sua frente e ele vem à discussão e a gente trabalha esse Projeto, se vai ser aceito ou não, a CUP, não é porque nós fizemos um relatório que sou de parecer favorável, sempre usamos o ‘salvo maior juízo’, porque somos abertos às novas visões desse Projeto. Esse Projeto foi o que mais deu debate no dia de hoje entre nós da CUP porque esse Projeto veio com erro desde o cabeçalho. Eu me informei, a gente conversou, eu, o André, a Rose, nossa Secretaria Administrativa, da questão que ele estava muito mal elaborado e isso me preocupa novamente, senhor Presidente, e fica aqui mais uma vez a minha crítica ao Executivo que manda mais um Projeto muito mal elaborado. Vou pedir, então, mais uma vez em nome da CUP, a retirada desse Projeto, esse Projeto não vai ser mudado pela Câmara, até porque a gente não pode fazer esse tipo de mudança, e esse Projeto vai voltar para o Executivo e o Executivo que vai fazer o serviço de mandar um Projeto decente para nós, esse Projeto deveria ser separado em dois, primeira coisa, uma coisa é a doação do projeto arquitetônico, uma coisa é a cessão de uso para o uso para uso e fixação no prédio estadual para sim o uso da educação municipal. Que ele venha em dois, eu acredito, que seja atendido, amanhã o Vereador André vai estar falando com a Secretaria de Educação, se ela está de férias, vai ser quem está no lugar dela, o Prefeito Municipal, se precisar, estarei disponível, Vereador, amanhã, vamos tirar esse Projeto para que seja tratado novamente, que ele venha da forma correta e fica mais uma vez, senhor Presidente, a minha manifestação e indignação de mais um Projeto que vem de forma errada ou embaralhada e acredito que isso também é a indignação dos outros nove Vereadores. Era isso, senhor Presidente”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Quero reforçar que o nosso compromisso e o nosso dever é fazer uma boa gestão legal dentro da lei e colaborar, eu nunca me coloquei na situação de oposição ou situação, nós todos estamos aqui para colaborar e para ajudar, então, quando temos uma dúvida, na dúvida vamos nos informar melhor; quando vem rápido, fica difícil, eu tenho esse entendimento, não precisa nem a gente ter esse entendimento, Vereador, que às vezes também se passa batido algumas coisas, não por intenção, às vezes por ser rápido, acúmulo de trabalho, e é assim na vida pública também e particular, mas a gente fica na contramão porque a gente ouve muito por aí, eu ouvi essa semana, ‘não, só porque é oposição vota contra os Projetos’ e eu quero deixar bem claro para a comunidade que está assistindo ou que está olhando que vários que a gente apontou e que mesmo assim foi insistido aqui, parou, o leilão foi um e entre outros, então a gente só quer colaborar, falei isso pessoalmente para o Prefeito, falamos, nós nos preocupamos aqui porque sempre é o Vereador às



vezes, sempre é o Vereador, isso ou aquilo, nós queremos construir junto, mas quando vem, nós estamos aqui trabalhando na forma de precaução, de esclarecimento e queremos sim, nós queremos dar autorização para que nem um aluno fique desassistido sem um profissional, sem um espaço, isso está claro, é o nosso objetivo, dar melhor educação e melhor saúde, como disse, na nossa sociedade. Obrigado”. O Presidente **Sérgio Antônio Beal** disse: “- Muito bem, eu tenho o entendimento dos nobres colegas e dizer para vocês, realmente, que a gente aqui tem trabalhado dessa maneira, em um bom entendimento, agradeço pelo entendimento dos colegas, aqui a gente não está aqui para discutir nem situação e nem oposição, mas sim para tentarmos acertar o melhor e sempre que houver dúvida, vocês vão ter, com certeza, a concordância por unanimidade para realizar melhor os Projetos, até porque gostaria de registrar que sempre que fomos convocados, a qualquer hora, a qualquer dia, mesmo no recesso, duas ou três vezes por semana, se necessário, sempre foi colaborado. Então, a pedido, por unanimidade, ele sai, exatamente como o outro, para melhores esclarecimentos, então”. O Presidente solicitou a leitura do Projeto de Lei Municipal 153/2022. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Até por falta de tempo aqui, foi pedido e chegou em mãos, quem quiser está em mãos aqui, a cópia da ata, a convocação e ata da reunião do Conselho Consultivo do Parque Mata do Rio Uruguai e foi um entendimento deles esta cobrança e estes valores a serem cobrados, essas liberações para o pessoal, os munícipes, idosos, crianças, valores para estudantes de fora do Município, então foi um valor que foi decidido em ata e isso consta em ata aqui, quem quiser olhar, está à disposição, quiserem cópia também, está liberado, e os parques, como diz aqui, como reza aqui, a maioria dos parques do Rio Grande e de outros lugares é feita essas cobranças, manutenção, tudo isso aí. Não é nada, mas sempre ajuda na manutenção de tudo isso aí, funcionários, a própria manutenção do Parque, que sai do Poder Público também alguma coisa, então se torna interessante. Sou favorável sim, acho que é interessante, já visitei outros parques e tive que pagar para entrar, com certeza, então não custa... na verdade o valor que consta ali é uma colaboração, não é nem um ingresso para entrar. Era isso”. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: “- Só a questão de como a gente vai saber quem é marcelinense, não é, aquela situação que sempre é debatida e discutida na sociedade, na comunidade. Vai se seguir por decreto municipal a forma de cobrança, como vai ser feita a fiscalização do marcelinense, a fiscalização do estudante e provavelmente vai seguir a mesma forma que hoje é feita no Balneário com a carteirinha de marcelinense de desconto, pelo que o Executivo nos passou. Só para deixar isso aí explicado, caso fosse dúvida de algum dos Vereadores ou caso seja dúvida da sociedade. Muito obrigado, senhor Presidente”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Primeiro dizer que esse Projeto pra mim já era tempo que se viesse para esta Casa porque é importante se ter um valor de cobrança de taxa no Parque Teixeira Soares para que se possa se manter o funcionamento daquele parque. Um parque que está sendo bastante visitado, um parque que está sendo procurado por turistas da região, turistas de fora do Estado, enfim, então é de grande importância o Parque para o nosso turismo aqui de Marcelino Ramos, é mais uma ferramenta turística do nosso Município, portanto, a sua manutenção, ela custa caro para o Município. A gente sabe que tem uma parceria com a Engie, enfim, mas é importante se buscar mecanismo, e esse debate já foi feito há longos anos de formas de se buscar mecanismos para se arrecadar fundos, várias ações já foram feitas, várias buscas também já foram feitas e essa aqui é mais uma que vem a agregar e o meu voto, ele é favorável para que se possa, então, cobrar essas taxas de R\$ 10,00 aos visitantes, conforme já especificado aqui, favorecendo, claro, os nossos marcelinenses aí e também pessoas ligadas ao Parque, Professores, enfim, guias turísticos, eu acho que isso é bem legal e é dessa forma que tem que ser feito. Conversando também hoje no início da reunião até com o colega Hélio e com os demais, a gente chegou a uma conversa que até eu acho que pode ser feita até uma Emenda no artigo segundo, inciso segundo, ali fala que estudantes, idosos acima de 60 anos e pessoas com deficiência pagariam meia entrada. Eu sugeriria que as pessoas com deficiência ficassem no inciso primeiro, que as pessoas com deficiência não pagariam a entrada no Parque, eu acho que isso é um grande ganho para nós enquanto Câmara, isso é um grande ganho enquanto Parque e



também seria uma forma de estar ajustando esse Projeto e levando um benefício para as pessoas que tenham deficiência. Então fico aqui a minha sugestão, se os demais entenderem, a gente fazer essa Emenda Modificativa passando do inciso segundo para o inciso primeiro a questão das pessoas com deficiência não pagarem entrada para entrar no Parque. Segunda colocação que quero fazer e aqui é chamar uma atenção para o Executivo e aqui talvez até o líder do governo, enfim, levar a eles, como vai ser feita a cobrança desses R\$ 10,00, a questão do controle e também dos profissionais que vão fazer isso, a gente sabe que existem algumas leis que alguns profissionais que são habilitados, enfim, muitas vezes profissionais que não são habilitados que exercem algumas funções depois têm alguns direitos também, então é importante que isso também esteja claro para que depois não tenhamos problemas a nível de Município. A gente sabe, o Gustavo aqui usou algumas comparações com a TERMASA e vejo que é mais ou menos nessa lógica, mas, por exemplo, a TERMASA tem um caixa, é diferente o fluxo lá; como vai ser esse fluxo junto ao Parque, eu acho que a Administração precisa se preocupar nisso para que não tenha problemas futuros quanto a isso, talvez já tenha pensado isso, mas como não está colocado aqui isso, acho que é importante deixar essa ressalva para que seja abordado e fica novamente aqui a minha fala para que nós façamos essa emenda modificando para que as pessoas com deficiência não paguem a entrada para entrar no parque. Seria isso". O Vereador **André Luchetta** disse: "- Quanto à cobrança, já consta em ata aqui que os funcionários públicos que lá trabalham não vão mexer com dinheiro, então eles têm uma equipe lá do Café que estão organizando esta equipe que vai trabalhar com a parte do dinheiro, o dinheiro não passar na mão de funcionário público, para deixar bem claro aqui que isso aqui vai ser tudo feito pela Associação do Parque por esse grupo. Isso já consta em ata, já está aqui em ata também". O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: "- Só uma questão, senhor Presidente, vou passar para os nove colegas, opinião até dos Vereadores mais velhos aqui, uma questão que eu debati com a Agente Administrativo agora, a gente entende que não é uma receita que está sendo criada, a gente vai passar a passar ela a zero, ela está em cinco no Projeto de Lei, ela vai passar a zero. Eu tenho dúvidas se a gente pode fazer essa emenda, tenho uma dúvida, eu não tenho certeza que a Câmara possa fazer, por isso que talvez seja até melhor a gente retirar mais esse Projeto para ter certeza, porque eu tenho um pouco de precaução nessa situação, porque a receita hoje no Projeto é cinco e ela vai para zero e nós não podemos retirar receita, entendeu. Então não sei se isso é dever da Câmara, infelizmente não posso afirmar, nós teríamos que pedir para o nosso Jurídico e também outra situação que a gente tem que mudar, que foi o que eu falei para o doutor Márcio antes, falei lá na Câmara também, é a questão do artigo quarto, que ela entrará em vigor na data dessa publicação, porém o Café não está pronto, o Café não está nem licitado! Então ela está errada nisso de novo, pessoal, é essa a minha indignação, mais essa indignação, minha gente, meus colegas Vereadores e aqueles que nos acompanham, então esse Projeto de Lei vai ter que ser retirado, vai ter que estudar a situação do inciso segundo e corrigir esse artigo quarto, se nós mesmos podemos colocar para 90 dias, 60 dias, 120 dias, mas essa lei precisa ter uma data porque não se tem hoje o órgão que vai receber esse valor, então ela também está sendo criada sem a gente ter o controlador do pagamento, então ela também não tem muita clareza. Entendo vamos retirar e vamos estudar essa situação, que também está errado; errado o artigo quarto, o artigo segundo que o Vereador colocou eu já não tenho certeza, precisa analisar para não fazer algo que não seja do nossa normativa. Seria isso, senhor Presidente, espero ter ajudado". O Vereador **André Luchetta** disse: "- Retira e vamos levar esses três para eles, a hora em que eles tiverem os três organizados e eles passarem para nós os três, nós fazemos essa reunião extraordinária, se for semana que vem ou o dia que nós tivermos em mãos". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- Só deixar um aparte com relação à extraordinária, nós temos Vereadores que na semana que vem irão viajar, então vamos pensar sobre isso para, daqui a pouco, agilizar no início da semana (comentários sem microfone), pode ser segunda, de repente, só queria deixar essa colocação, daqui a pouco...". O Vereador **André Luchetta** respondeu: "- Com certeza vai ser convocada quando todos estiverem aí, entendeu, não vamos deixar ninguém mal aqui, eu acho que nós já estamos trabalhando voluntariamente, vamos ferrar um ou outro? Não é por aí". O Presidente



transferiu a Presidência à Vice-Presidente. O Vereador **Sérgio Antônio Beal** disse: “- Eu gostaria só de dar uma colaboração, concordo com o Vereador Gustavo, com os demais Vereadores, concordo, mas eu chamo a atenção, assim, da minha preocupação quanto ao Parque. No ano em que eu estive na Secretaria, que eu tomei pé da situação e fiquei lá também como responsável pelo Parque, que está também ligado à Secretaria da Agricultura e a gestora Cristiane que, meus parabéns, é muito competente, ao meu ver, lá no andamento do Parque, logo de início me colocou a situação, Vereador Enio acompanhou também aí, que a Engie não repassava mais recursos, havia encerrado com a Prefeitura e aí em conversa com o Prefeito, a primeira conversa, nos desanimou um pouco quanto ao Parque, porque entendendo q eu aquilo é uma grande conquista para Marcelino Ramos, aonde o Prefeito disse ‘como é que eu vou justificar R\$ 300.00,00 por ano lá para o Parque, com entrada gratuita, para funcionar três ou quatro dias por semana, onde poderia investir na agricultura?!’. Aí fomos conversar com a Engie, aonde, na primeira conversa, não teve negociação. Chamamos uma segunda conversa com o Prefeito e começou a deixar uma preocupação que o Parque, ele tem que se autossustentar de agora em diante! Então daí em diante que a gente começou a pensar, então é muito importante esse Projeto. Concordo com o Vereador Gustavo e com os demais, que ele tem que ser mais bem elaborado. Acho que a cobrança, ela é muito pouca, comparando com partes como... claro que não se compara, digamos, o Parque lá das Cataratas que é R\$ 150,00 para você ingressar no complexo do Parque, mas assim, temos que dar uma atenção e pôr em prática lá o Café pela AVPM e essa cobrança porque até mesmo durante o ano, quando eu estava lá, quando turistas vinham de fora e pediam ‘quanto que é, quanto que se paga?’, ‘não, é gratuito’, ‘nossa, mas como, só aqui que a gente visita um parque, tudo gratuito com todas essas trilhas lindas, com toda essa estrutura montada’, então eu chamo atenção para nós Vereadores darmos uma atenção especial a esse Projeto, que ele futuramente... a Engie não vai para a vida toda fazer esse repasse que ela vem fazendo; que aí chegamos a um entendimento que o que o Município colocasse de valores, eles colocariam também, mas para quatro anos agora, então nós já temos que começar a nos adiantar agora para não termos, amanhã ou depois, quem sabe, um parque que não conseguimos manter. Seria isso a minha contribuição, muito obrigado”. A Presidência foi retomada pelo titular. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Marcelino a gente sabe que é o berço não só da produção na área agrícola, do comércio e também de serviços, principalmente das oportunidades que tem e atrações turísticas e a gente se orgulha muito porque a gente participou desse processo de criação do Parque e nós temos um parque com a dimensão que ele tem, com a estrutura que tem, para nós é muito importante, não só para o turismo, Município, para o meio ambiente e também para o setor de pesquisas e quando a gente fala aqui do parque, nós sempre tivemos um parque com acesso gratuito, público, aberto e a partir da aprovação desse Projeto, ele vai começar a ser taxado, o que está, claro, na lei, e talvez não lemos toda a lei para a comunidade que está nos acompanhando, isenta os munícipes, enfim, com toda a consideração que já foi falada de controle de caixa, controle de pagamentos, mais os que fazem parte de Conselho, colaboradores, parceiros, que isso é uma demanda, é justo isso. Eu lembro quantas batalhas fizemos com a Tractebel quando eram feitos os depósitos, até por acerto que tinha para se continuar colaborando, algumas decisões judiciais que Juiz também muitas vezes colaborou em fazer repasse para o parque e eu fui convidado para participar do plano do parque nessa atual gestão, lá embaixo na gestão do parque, por motivos particulares não pude participar de todas, mas estive lá, inclusive o senhor também estava, senhor Presidente, não sei se mais daqui alguém estava e uma das grandes preocupações é a sustentabilidade do parque, como ter a sustentabilidade do parque, assim como é da vida particular, daqui a pouco, de uma empresa, é do parque público. Então a gente não tem todos esses dados de fluxo de caixa, de doações, sustentabilidade, de despesas, mas é uma preocupação muito grande que sempre a gente trava nesse assunto: a viabilidade do parque Teixeira Soares e nós temos a obrigação, o compromisso de ter esse parque ativo, aberto, até além da sugestão do que nós já conversamos aqui, porque ele fala muito aqui no acesso aos marcelinenses, quando fala de fora, que ele fala aqui de estudantes, idosos acima de 60



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

anos e pessoas com deficiência pagarão meia diária, eu gostaria que além de uma contribuição para o governo, a gente aqui não faz julgamento a nenhum servidor que está na frente pública, nenhum sentido que tem respeito pelas pessoas também, mas na questão da elaboração, também colaborar, não somente nós passarmos para o inciso primeiro do artigo segundo as pessoas com deficiência, por mais que fale de estudantes municipais em alguns lugares, eu gostaria que fossem citados também pesquisadores, que lá é um berço de pesquisa, a maioria das universidades regionais já fazem parte, tem pesquisa, tem pesquisadores que poderão vir de fora para um trabalho tanto na área ambiental quanto local, turística, enfim, se tem esse entendimento de vocês, do governo, daqui a pouco esteja contemplado, mas seria bom especificar, porque vai ajudar porque nós também temos que abrir as portas para pesquisa, daqui a pouco ficar arquivo de pesquisa para nós e também levar isso para fora, o nome do nosso Parque Municipal Teixeira Soares. Obrigado". A Vereadora **Roseli Maria Goetz Dreher** disse: “- Só para contribuir, Vereadores, eu participei de todas as oficinas do plano de manejamento no ano passado. Esse assunto foi muito discutido, a gente debateu muito nas oficinas esse assunto do parque se sustentar, então assim, está aqui na ata, com certeza os Conselheiros assinaram coisas que a gente discutiu o ano todo e eu sou da opinião favorável também a isso, também que se retire o Projeto para que seja melhor esclarecido, mas é importante sim para o Parque esse Projeto, assim como outros que vão vir para esta Casa durante esse ano, que a gente discutiu muitas coisas lá e eu tenho certeza que durante esse ano vão vir muitos Projetos aqui para nós aprovarmos ou não. Com relação à lei ambiental, alguns assuntos que a gente debateu lá, então se preparem que esse ano nós vamos ter que discutir muitas vezes o assunto do parque ambiental Teixeira Soares. O Presidente registrou que, com a concordância do plenário, o Projeto de Lei Municipal estava retirado da pauta. A votação da ata da última sessão foi postergada para uma próxima oportunidade. Não havendo mais assunto a ser tratado, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da segunda sessão extraordinária do dia cinco de janeiro de 2023.

SÉRGIO A. BEAL
Presidente

ROSELI M. G. DREHER
Vice-Presidente

RAMIRO F. MARSARO
Secretário